

O Uso da Tecnologia pela Comunidade Indígena Riozinho Kakumhu: uma análise dos impactos e das perspectivas para a educação e a conservação cultural

The Use of Technology by the Riozinho Kakumhu Indigenous Community: an analysis of the impacts and the perspectives for education and cultural conservation

Arthur Prudente Junqueira¹

Warley Gramacho da Silva¹

Raquel Castilho Souza¹

¹Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, Brasil

Resumo

O Brasil é um país de superlativos, com grande diversidade cultural, e quando são abordadas a riqueza dos povos indígenas e suas expressões culturais, essa característica se destaca. As reflexões apresentadas neste artigo apontam para a análise das consequências do uso da tecnologia desconectada dos saberes e vivências indígenas e de como ao mesmo tempo essas ferramentas tecnológicas podem trazer aculturação e, também, esperança para os povos originários. Por meio de amostras documentais e de bibliográficas, busca-se retratar neste trabalho os desafios e as oportunidades que a tecnologia traz para o povo Akwê-Xerente da comunidade Riozinho Kakumhu, no município de Tocantínia, estado do Tocantins. Expõe-se a história do povo e da comunidade e pode-se observar a importância da escola e da educação para os habitantes locais, o papel de liderança dos professores na sociedade, os desafios da modernidade e a associação da tecnologia para a construção da inovação pedagógica e a manutenção das tradições culturais.

Palavras-chave: Indígenas. Educação. Tecnologia.

Abstract

Brazil is a country of superlatives, with expressive cultural diversity, and when we approach the richness of the indigenous people and their cultural expressions, this characteristic stands out. The reflections presented in this article point to the analysis of the consequences of the use of technology disconnected from indigenous knowledge and experiences, as at the same time these technological tools can bring acculturation and hope to the native people. Through documentary and bibliographic samples, this work seeks to portray the challenges and opportunities that technology brings to the Akwê-Xerente people of the Riozinho Kakumhu community, in the municipality of Tocantínia, state of Tocantins. Exposing the history of the people and their community, observing the importance of the school and education for the local inhabitants, the leadership of teachers in the society, the challenges of modernity and the association of technology for the construction of pedagogical innovation and the maintenance of cultural traditions.

Keywords: Indigenous. Education. Technology.

Área Tecnológica: Educação. Tecnologia e Inovação.



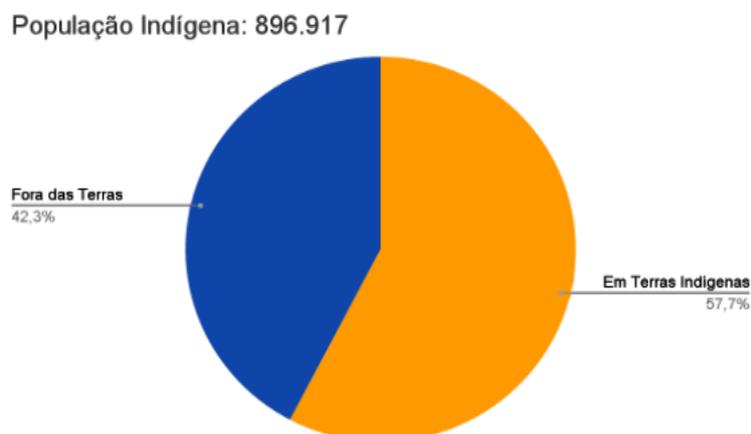
1 Introdução

O Brasil é o quinto maior país em extensão territorial, com a sexta maior população do mundo¹, uma potência econômica², é riquíssimo em recursos naturais, recursos agrícolas e, ainda assim, é um país extremamente desigual. Esse país de superlativos geográficos e sociais está comumente associado à nossa riqueza cultural. Entretanto, o ensino dessas diversificadas manifestações culturais, todavia, é novidade em muitas escolas, quando abordadas, observa-se uma superficialidade do assunto, algumas vezes até uma nulidade da real representação de tal diversidade nacional. No intuito de desenvolver mudanças, leis³ e diretrizes foram criadas para a valorização do ensino da representatividade cultural nos centros educacionais. No entanto, verifica-se uma omissão dessa prática na maioria das instituições de ensino, seja por falta de investimento, formação continuada ou até mesmo por falta de material didático de ensino do multiculturalismo (ROMERO, 2017).

O retrato dessa falta de ambientação à educação multicultural cria na rotina das escolas a predominância da preferência por um ensino, ainda centralizado na colonialidade do saber, no eurocentrismo. Essa realidade reflete no contexto de sentimento de nação, apesar de se pensar em cultura brasileira como uma doação de vários povos, apenas muito recentemente, é que a educação multicultural vem encontrando certa ressonância no ambiente escolar. Nas escolas brasileiras, em especial na primeira infância, é importante criar esse diálogo com todas as culturas, o multiculturalismo, a partir do qual uma característica se abre às demais, abraçando as diferenças culturais em um contexto inclusive global (GADOTTI, 1992; FERNANDES, 2005).

Dados do IBGE (2010) verificam que as populações indígenas, estimadas em 896.917 pessoas, vivem em sua maioria em territórios demarcados ou não, mas também fazem moradia em zonas urbanas, possuem religiões e cosmologias das mais diversas formas. Algumas milenares praticadas por diversos povos e outras únicas, intocadas, e com muitas comunidades sob influência de séculos de colonialismo se afirmando praticantes de religiões cristãs e outras religiões não indígenas. O Ministério da Educação aponta em gráfico a disposição da população indígena no Brasil.

Gráfico 1 – População indígena no Brasil e localização



Fonte: Brasil (2010)

Séculos de exploração e colonialismo português resultaram em perda de territórios, aculturação e extermínio da população indígena, que teve em menos de 500 anos o tamanho de seu povo reduzido para menos da metade do período pré-colonial. Em 1957, chegou a seu patamar histórico mais baixo, de apenas 70.000 habitantes. Essa população, em uma parte, desistiu de suas culturas e se urbanizou; em outra parte, buscou sua sobrevivência, sem nenhum direito legal que protegesse suas dignidades físicas, territoriais e culturais. O Quadro 1 expõe o decréscimo populacional indígena.

Quadro 1 – Quadro de dados demográficos da população indígena por períodos históricos

DADOS DEMOGRÁFICOS DA POPULAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL				
Ano	Pop. Ind./Litoral	Pop. Ind./Interior	Total	% Pop. Total Brasil
1500	2.000.000	1.000.000	3.000.000	100%
1570	200.000	1.000.000	1.200.000	95%
1650	100.000	600.000	700.000	73%
1825	60.000	300.000	360.000	9%
1940	20.000	180.000	200.000	0,4%
1950	10.000	140.000	150.000	0,37%
1957	5.000	65.000	70.000	0,10%
1980	10.000	200.000	210.000	0,19%
1995	30.000	300.000	330.000	0,20%
2000	60.000	340.000	400.000	0,20%
2010	272.654	624.263	817.962	0,26%

Fonte: Brasil (2013)

O engajamento político social para as causas indígenas no Brasil amadureceu a partir da década de 1950, em especial porque diversas organizações e organismos supranacionais passaram a ter entre suas pautas as lutas pelos direitos dos povos tradicionais, a defesa de suas culturas e a proteção de suas terras. A criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967 e o Estatuto do Indígena em 1973 são considerados marcos para a proteção dos povos indígenas, trazendo o propósito essencial de preservar a história dessa população e de integrá-los progressiva e harmoniosamente em comunhão nacional, resguardando seus territórios, suas culturas, costumes e suas tradições. Essas Legislações que pavimentaram o que posteriormente culminou em reconhecimento e resguardo por meio da Constituição Federal de 1988. A luta desse período criou uma geração de indígenas que desenvolveram um aspecto de autoconsciência cultural. Essa geração, hoje, é formada pelos anciões, tradicionalistas da comunidade que viram na reafirmação da sua cultura a resistência política para batalhar pelas necessidades básicas de sua comunidade, como a demarcação de territórios e outras demandas (TURNER, 1993).

Em 1996, a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1996), nasceu contendo especificações acerca da criação de programas integrados de ensino e pesquisa para todas as comunidades nacionais, com destaque para a necessidade da oferta de alfabetização bilíngue. Já no ano de 2009, foi publicado

o Decreto n. 6.861, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e sua organização (BRASIL, 2009a).

Ainda na seara legalista, outra medida importante para a cultura indígena foi a Lei Federal n. 11.645/08, que regulamentou o ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” na educação básica do Brasil, medida que atua diretamente no currículo escolar e assim, vale observar que “[...] a questão central que serve de pano de fundo para qualquer teoria de currículo é saber qual conhecimento deve ser ensinado” (SILVA, 1999, p. 14). Nesse sentido, a ausência de uma didática multicultural nas escolas brasileiras vem muito da falta de materiais para o seu desenvolvimento, cria-se, portanto, entre as crianças e os jovens, uma desvalorização e a invisibilidade dessa população tão importante histórica e culturalmente para nosso país. Esse cenário se agrava quando estudos especializados e o próprio relato dos indígenas apontam a ameaça da aculturação, já que a realidade sociocultural urbana brasileira se aproxima das comunidades, que antes eram isoladas e agora, por meio de ferramentas audiovisuais e da internet, influenciam a riqueza histórico-cultural e linguística do indígena brasileiro (SOUZA, 2019).

Não obstante a preocupação de autores acerca do papel ameaçador que a tecnologia pode trazer para as populações indígenas, outros estudiosos diferem da afirmação, ponderando que a articulação entre o uso da internet e as formas de organização social e política podem fortalecer e, ao mesmo tempo, atualizar a comunidade indígena, propiciando possibilidades e novas oportunidades de engajamento na sociedade. Por mais que o processo de descentralização não signifique necessariamente um acréscimo de eficiência e de democracia, ainda, assim, é o caminho que possibilita as negociações e o alcance/resistência das demandas (BAZOLLI; DANTAS; COELHO, 2018).

Com o aumento da infraestrutura das redes, seja por sinais de rádio, cabos e até mesmo satélites, o indígena consegue ter acesso à internet, e o grande dilema, portanto, reside não no porquê de receber essa tecnologia do não indígena, mas sim no não ver seu povo sendo representado nessa tecnologia ou, ainda mais raro, mal ver sua diversificada cultura exposta nas telas do audiovisual, smartphones e computadores. Menos ainda, escuta ou lê sua língua sendo digitada nos mais básicos mecanismos da internet e em aplicativos (SOUZA, 2019).

Este artigo debruça-se em sua amplitude no estudo do impacto das tecnologias na educação dos povos tradicionais do povo Xerente, da comunidade Riozinho Kakumhu, município de Tocantins, estado do Tocantins, observando o ponto de vista dos professores e das lideranças da comunidade, suas perspectivas atuais e possibilidades futuras.

2 Metodologia

Quanto à natureza, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, na qual é realizada a prospecção de conhecimento e ele é sistematizado. Gil (1999) destaca que a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato. Sendo assim, esse tipo de pesquisa é realizado quando o tema escolhido é pouco explorado, define-se o objetivo e busca-se mais informações sobre determinado assunto. Para tanto, são explorados recursos bibliográficos e documentais específicos acerca do tema abordado (CERVO; BERVIAN, 1996; GIL, 2010).

Quanto ao método de abordagem, o artigo utiliza-se da dialética, potencializando o uso da discussão, da argumentação e da provocação. A pesquisa dialética tem como objetivo interpretar, de forma qualitativa, alguns fenômenos sociais, por meio de seus princípios, leis e categorias de análise, primeiramente definindo uma tese considerada verdade, seguida de uma antítese que a negará, resultando em um embate que cria a síntese (GIL, 2010).

Como técnica metodológica, este artigo usa o contexto histórico, pois buscou reconstruir o passado e apresentar o presente da comunidade Xerente, em especial da comunidade do Riozinho Kakumhu, situada no município de Tocantínia, Estado do Tocantins e de sua escola indígena Wakômêkwa, de forma objetiva e acurada, inclusive, utilizando-se da análise das informações orais coletadas junto aos moradores da comunidade, a fim de ver os possíveis graus de influência da tecnologia na sociedade atual. Incluso, foi usada a análise qualitativa, uma vez que esta trata de interpretações de informações, bem como a identificação das características qualitativas do objeto investigado, com o intuito de compreender seu alcance em relação ao desenvolvimento social, cultural e educacional da comunidade indígena. Neves (1996, p. 1) discorre sobre a análise qualitativa como uma

[...] pesquisa direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos.

Por essa forma, para a confecção deste artigo, a metodologia da pesquisa exploratória terá como objetivo desenvolver o estudo acerca do tema abordado e, nesse caso, serão utilizados documentos e recursos bibliográficos, explorando o enfoque do trabalho, o povo Akwê-Xerente, a comunidade Riozinho Kakumhu e a escola indígena Wakômêkwa. A seguir, o uso da dialética complementar a exploração, pois abordar a tecnologia e seus efeitos em comunidades indígenas necessita de um debate aprofundado e argumentativo. O contexto histórico se aprofundará no estudo da origem até os dias atuais da comunidade foco da pesquisa, utilizando-se de material bibliográfico e de relatos orais dos próprios indígenas. A análise qualitativa tratará as informações coletadas e os dados apresentados sob a visão do pesquisador, produzindo discussões e resultados.

A seguir, propõe-se apresentar os resultados e as discussões acerca do histórico da comunidade foco deste estudo, sua atual realidade sociocultural, as ameaças da aculturação, a escola indígena da comunidade e sua importância, culminando na síntese de possíveis pontos positivos e negativos de convergência entre o uso da tecnologia na educação indígena da comunidade estudada.

3 Resultados e Discussão

A Funai reconhece que o estado do Tocantins possui oito povos indígenas, sendo eles: Apinajé, Avá-Canoeiros, Iny (Javaé), Iny (Karajá), Iny (Xambioá), Krahô, Krahô-Canela e os Akwê-Xerente. Para contextualizar a história da comunidade indígena Riozinho Kakumhu, antes, é preciso explorar a história do povo Akwê-Xerente. Essa etnia originalmente ocupava o Nordeste brasileiro e, após séculos de perseguições e expulsões de suas terras, houve um êxodo

levando-os, a partir do século XX, a ocuparem as margens do rio Tocantins. Com o avanço da população não indígena na região e o aumento do uso das terras para a pecuária, seu território foi reduzido até chegar a seus limites atuais (ARAÚJO, 2016).

Nesse processo histórico, houve uma diminuição considerável da população indígena Xerente, que se reduziu de 4 mil indivíduos em 1824, para 1.360, em 1900. Já no século XX, em 1929, foram contabilizados uma diminuição para 800 moradores e, por volta de 1957, uma média de apenas 350 indígenas. A demarcação oficial das terras Xerente aconteceu somente em 1972, entre os rios Tocantins e Sono, no estado do Tocantins, sendo identificada pela Funai como área ocupada pelos Akwê-Xerente no mesmo ano. A área ficou em uma demarcação de 183.542 hectares (RIBEIRO, 2017).

Existem seis Clãs na Cultura dos Povos Akwê-Xerente, divididos em duas metades, sendo os *Īspto Tdêkwai Nōrĩ* os donos dos círculos; Kuzâ, Kbazi, Krito e os *Īsake Tdêkwai Nōrĩ*, e os donos das listras/traços *Wahirê*, *Krozake*, *Krãiprehi* (WEWERING, 2012).

A partir dos anos de 1990, com a criação do estado do Tocantins, a situação econômica e política impactou a vida dos indígenas da região, com muitas mudanças ocorrendo em localidades circundantes aos territórios indígenas. Essa configuração espacial impactada por esse novo cenário criou divisões políticas entre os Akwê-Xerente, alimentadas por influências inclusive de políticos das municipalidades, resultando em conflitos de lideranças entre os caciques e as comunidades, o que se converteu em um processo de divisão e de ampliação das comunidades indígenas. Atualmente, segundo dados de 2018, apresentados pelo Distrito Sanitário Especial Indígena do estado do Tocantins (DSEI-TO), localizado no município de Tocantínia, TO, existem 3.842 habitantes vivendo no território indígena Akwê-Xerente (SOUZA, 2019).

Na terra indígena, atualmente existem 92 comunidades espalhadas por suas delimitações territoriais e, entre elas, encontra-se a comunidade do Riozinho Kakumhu. Na região dessa comunidade existe a escola indígena *Wakômêkwa*, que atende crianças e jovens com o compromisso de realizar a prática da educação intercultural, seguindo os preceitos exigidos pelo Ministério da Educação (MEC) – Decreto n. 6.861/2009 (SOUZA, 2019).

Segundo Souza (2019), coletando os relatos dos membros mais antigos, foi nesse contexto de busca por melhorias e conflitos internos entre membros das mesmas comunidades que em 1998 nasceu a comunidade Riozinho Kakumhu. De acordo com o autor, o nome da comunidade foi escolhido pelo Cacique fundador e por seu sogro. Eles fizeram essa escolha, considerando o rio que passa na comunidade e os pés de jatobá (*Kakumhu*) que existiam na região.

O professor indígena Edimar Srenokra Calixto Xerenterelata oralmente que atualmente a comunidade é formada por um grupo de 21 famílias, com aproximadamente 60 pessoas, instaladas em 10 casas feitas de palha e duas que foram construídas de alvenaria. As casas são construídas próximas umas das outras, formando um círculo e, no meio delas, há um espaço conhecido como *warã*. De acordo com Souza (2019, p. 61), “[...] no *warã*, há uma árvore grande conhecida como fava do Cerrado, é do fruto desta árvore que os animais de caça se alimentam e é a mesma que fornece sombra, durante boa parte do ano para os habitantes da comunidade”. A nova configuração das políticas públicas, a urbanização e o contato frequente com os não indígenas têm criado características, que, conforme relatado por Souza (2019), apontam para o uso frequente de novas tecnologias, principalmente das portáteis, como smartphones, entre os mais jovens da comunidade.

Essas características sociais do mundo do não índio provocam uma grande preocupação nos integrantes mais idosos, que temem o “desinteresse” de adesão dos mais jovens às tradições. Os anciões têm papel fundamental na cultura Akwê Xerente, eles são os detentores da sabedoria tradicional, dos mitos, das crenças, das histórias de seu povo, que são repassadas oralmente para os mais jovens. Seus receios com a modernidade e o esquecimento de suas tradições são reais (XERENTE, 2017; SOUZA, 2019).

Nesse contexto, surge a importância da escola, por propiciar o papel de manter a cultura e oportunizar educação, que, para eles, é bastante importante. Na Escola Indígena Wakômêkwa, os estudantes aprendem a cosmovisão do seu povo e as suas implicações epistemológicas para a construção de uma educação escolar intercultural bilíngue para o povo (SOUZA, 2019).

O professor Edimar Xerente conta que a história da Escola Indígena Wakômêkwa se inicia com a sua primeira construção. A princípio, a primeira sede da escola construída pela comunidade foi efetivada em 2002 pelo Cacique Domingos Krate Calixto Xerente. No início, a escola atendeu habitantes de cinco comunidades (Comunidade Riozinho, Sangradouro, Cabeceira Verde, Brejo Novo e Brejo Verde Mrãirê), que se reuniram para melhorar a qualidade da educação dos seus filhos. Assim, definiram a localização e a infraestrutura da escola de modo que eles não necessitassem sair da região onde estavam morando (SOUZA, 2019).

Dessa maneira, as comunidades escolheram Riozinho Kakumhu por regionalmente estar centralizada entre as outras e ser de fácil acesso às comunidades atendidas. O professor Edimar Xerente relata que a escola iniciou suas atividades de forma bem precária, utilizando uma estrutura de barro e de palha como sala de aula, após alguns anos, a primeira etapa da escola em alvenaria e mais estruturada foi construída em 2007, já a segunda etapa, caracterizada pela sua ampliação, foi realizada em 2009, e, atualmente, a escola possui duas salas de aula; dois banheiros, uma cozinha e uma sala de computação com três computadores.

Figura 3 – Imagem atual da Escola Indígena Wakômêkwa



Fonte: Souza (2019)

A Escola Indígena Wakōmēkwa foi nucleada em 2009, e a iniciativa de nucleação funcionava de forma positiva, pois as cinco comunidades estariam unidas sem nenhuma superioridade ou egoísmo. Entretanto, nos últimos anos, segundo relatos dos professores da escola, por conflitos políticos entre comunidades, atualmente o número de comunidades atendidas pela escola diminuiu (TOCANTINS, 2014; XERENTE, 2017).

Segundo informações do professor Edimar Xerente, a escola, atualmente, acolhe um grupo de alunos de três comunidades, sendo elas: Comunidade Riozinho, Sangradouro e Brejo Novo, com um total de 75 alunos, contabilizados no primeiro semestre do ano letivo de 2021.

A educação sempre foi fator importante para o povo Akwê-Xerente. Com isso, o esforço dos moradores da comunidade Riozinho Kakumhu para a construção e efetivação de sua escola demonstra o total empenho dos habitantes em buscar um futuro melhor para as novas gerações e também para a preservação de sua cultura. Junto a essa característica, também está a importância dada aos professores pelos moradores das comunidades usuárias da escola. A grande maioria desses profissionais é graduada em cursos da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e da Universidade Federal de Goiás (UFG), eles usaram da política de cotas para a realização desse sonho. Um membro indígena da comunidade, quando na faculdade, é festejado por todas as famílias. Hoje, mais do que professores, muitos representam a comunidade nos encontros educacionais e em reuniões executivas com representantes dos governos municipais, estadual e órgãos federais (WEWERING, 2012).

Esse papel de liderança dos professores na comunidade Riozinho Kakumhu é um ponto positivo, inclusive na busca do desenvolvimento por meio da educação. Conforme relatado pelo Cacique, a influência de se ter uma escola indígena com bons professores, em uma reserva com tantas comunidades, é um grande diferencial. Entretanto, a escola e seus professores enfrentam muitas dificuldades pedagógicas e estruturais, sendo a falta de material didático bilíngue uma delas, além de um Projeto Político Pedagógico (PPP) atualizado e com especificidades em interculturalidades e linguagem bilíngue, incluindo a falta de estrutura escolar para o número de alunos e para o transporte dos que vivem em comunidades mais distantes (SOUZA, 2019).

As escolas hoje vivem grandes desafios, um dos mais importantes é a introdução de ferramentas tecnológicas nas metodologias de ensino. É perceptível que a educação de crianças e jovens está sofrendo mudanças, seja nos centros urbanos ou nos territórios indígenas. No cenário atual, criar dispositivos tecnológicos que possam auxiliar os professores e os estudantes a desenvolverem suas aptidões é de extrema necessidade, e isso já transforma as metodologias de ensino de nosso país. Essas transformações não devem ser privadas apenas para escolas em grandes cidades, e suas oportunidades devem ser exploradas pela educação em suas mais diversas realidades, incluindo a das escolas indígenas (ROJO, 2012).

O acesso à internet, principalmente por meio de smartphones e outros equipamentos portáteis, é uma realidade não só nas comunidades maiores do território Akwê-Xerente, mas também chegam à comunidade Riozinho Kakumhu. Fazer da tecnologia da informação um meio que venha a agregar no cotidiano da comunidade é uma demanda já preconizada não apenas pelos professores da escola indígena Wakōmēkwa, mas também pelos líderes dos moradores da região que acreditam que o bom uso das ferramentas tecnológicas, como a internet, também pode auxiliar na conservação e na divulgação de suas culturas tradicionais por meio de uma nova roupagem (SOUZA, 2019).

Pinto (2008) externa que, para além das características positivas ou negativas da internet em populações indígenas, o que se deve questionar é a origem e o uso dessa ferramenta, explicando que o mau uso da tecnologia entre estudantes é uma constante em todas as realidades do país. No caso das populações indígenas, a falta do desenvolvimento de produtos tecnológicos com suas características linguísticas e culturais traz problemas ainda mais complexos. Inovações tecnológicas para indígenas poderiam criar uma realidade diferente da atual, como a autora apresenta:

[...] a rede Internet constitui uma massa de informação que apresenta fundamentalmente um caráter etnocêntrico, que não considera as diferenças culturais e identidades étnicas das culturas minoritárias. Os povos indígenas têm tido um impacto desta mídia que condiciona seu acesso/uso pelo conhecimento de comandos e estratégias de busca, assim como pela elaboração de conteúdos digitais. Até que ponto as práticas informacionais estão sendo feitas pelos povos indígenas é uma questão a indagar. (PINTO, 2008, p. 38)

Souza (2019) relata que a Escola Indígena Wakômêkwa possui internet Wi-Fi que fornece sinal que alcança toda a comunidade. O uso de smartphones conectados à internet fornecida pela escola é uma constante, principalmente entre os jovens. O domínio dessa tecnologia pelo jovem indígena é tão importante quanto para qualquer jovem da cidade. Desse modo, fazer das Tecnologias Digitais da Comunicação e Informação (TDCI) uma ferramenta educativa, agregadora e não dispersora da atenção dos estudantes indígenas pode trazer uma ótima perspectiva para as novas gerações das comunidades usuárias da escola.

O uso das redes sociais como Facebook, WhatsApp e Instagram, ferramentas que dispõem de diversas opções de linguagens e até mesmo possuem configurações que permitem traduções, raramente incluem a língua de povos tradicionais em seus programas. Portanto, é frequente entre crianças e jovens da comunidade Riozinho Kakumhu o uso da língua portuguesa em detrimento à língua Akwê nessas redes e em aplicativos para outros fins, como os de música, que, em sua totalidade, são configurados para serem manuseados em português e que reproduzem, em sua grande maioria, canções também em português. Os líderes percebem que a nova geração não tem mostrado interesse em aprender os cânticos dos povos Xerente e preferem ouvir outros estilos musicais (SOUZA, 2019).

Sendo assim, utilizar ferramentas que façam parte do cotidiano dos discentes e dos docentes no universo escolar pode ser uma alternativa viável para chamar a atenção desses aprendizes. Escolas com realidades específicas, como as indígenas, também devem inserir a TDCI em suas práticas pedagógicas. Segundo Costa (2010), a tecnologia é um elemento global que foi incorporado à cultura indígena. Práticas pedagógicas que estejam ligadas à realidade dos estudantes com as TDICs podem contribuir nesse aspecto motivacional em sala de aula. Segundo Petla (2008), as tecnologias devem estar presentes nas escolas, pois enriquecem o processo de construção do conhecimento.

Contudo, torna-se necessária a construção de uma nova pedagogia, que possa dar conta dessas multiplicidades, e é por isso que os autores argumentam em prol do uso de metodologias com o advento dos multiletramentos e, assim, propor um meio que não desenvolva o aluno somente como um usuário funcional e analista crítico, mas também um criador de sentidos e transformador, usando aquilo que foi aprendido para novos modos (COPE; KALANTZIS, 2006; ROJO, 2012).

A concepção de multiletramentos surgiu em 1996, a partir dos estudos desenvolvidos pelo Grupo Nova Londres (New London Group), conceituando-o como práticas de trato com os textos multimodais ou multissemióticos contemporâneos – majoritariamente digitais, mas também impressos, que incluem procedimentos e capacidades de leitura e atuação que vão muito além da compreensão e produção de textos escritos, pois incorporam a leitura e apresentação de imagens e fotos, diagramas, gráficos e infográficos, vídeos e áudios.

Sob essa nova perspectiva, defensores desses novos métodos argumentam que os multiletramentos diferenciam-se de outras técnicas, pois se pautam em algumas características importantes: a) são interativos (colaborativos); b) fraturam e transgridem as relações de poder estabelecidas; e c) são híbridos, fronteiriços, mestiços (de linguagens, modos, mídias e culturas). Essas características impõem um novo modo de conceber, por exemplo, a autoria e a recepção dos enunciados (ROJO, 2016).

Dessa maneira, o processo de produção textual não é mais exclusivamente linguístico, pois integra imagem, som, movimento. Além disso, esse processo transpõe os muros da escola, pois não se vivencia mais uma produção estritamente individual ou de mão única (aluno-professor), mas sim colaborativa – mais de um sujeito contribui para a produção e a retextualização, colaborando para a pluralidade e heterogeneidade social, visto que todas as atividades humanas estão, profundamente, interligadas com o desenvolvimento das técnicas e da tecnologia (HETKOWSKI; MENEZES, 2019).

A proposta do multiletramento pode viabilizar interações escolares mais articuladas à vida social e promover o diálogo entre culturas e vivências, viabilizando a leitura de textos compostos de várias linguagens e exige capacidades, práticas de compreensão e produção de cada uma delas para fazer significar (ROJO, 2016).

Articulando com o contexto apresentado pelo multiletramentos, é importante retornar a discussão ao que é previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, Resolução CNE/CEB n. 5, de 22 de junho de 2012, que tem como um dos seus objetivos:

[...] zelar para que o direito à educação escolar diferenciada seja garantido às comunidades indígenas com qualidade social e pertinência pedagógica, cultural, linguística, ambiental e territorial, respeitando as lógicas, saberes e perspectivas dos próprios povos indígenas. (BRASIL, 2013, art. 2º)

Nessa perspectiva, acredita-se que a tecnologia em forma de multiletramento pode auxiliar no processo de ensino e aprendizagem de estudantes indígenas e, concomitantemente, pode gerar entre os moradores mais jovens da comunidade um sentimento de pertencimento às culturas e à prática mais constante da língua tradicional de seu povo com o uso da internet e de outras ferramentas inovadoras como a gameificação.

A gameificação é um exemplo de práticas de multiletramento que estão produzindo muitas inovações nos métodos de ensino. É um conceito que surgiu na área de Marketing, com o objetivo de engajar e de motivar clientes a fazer algo, por meio da lógica dos games, sem que isso pareça uma tarefa árdua e cansativa. Mattar (2014) destaca que os elementos e as estratégias dos games têm potencial para estimular a concentração, fomentar a atenção, a memória e motivar os alunos.

De acordo com Pimentel (2018), o foco da gamificação na área educacional é motivar e engajar os indivíduos por meio da interação entre os sujeitos com as tecnologias e com o meio com a finalidade de desenvolver a aprendizagem. É, nesse sentido, que o bom uso dos recursos digitais, atrelados à educação por meio do multiletramento e da gamificação, pode garantir às crianças e aos jovens indígenas da comunidade do Riozinho Kakumhu ou de outras comunidades o melhor uso das ferramentas que a tecnologia dispõe.

Pontuada essas especificidades, existem exemplos de comunidades pelo Brasil que já estão experimentando essa integração com o mundo tecnológico, desenvolvendo *sites* para divulgar o cotidiano da comunidade, criando e usando programas de computador de caráter pedagógico para alfabetização bilíngue, aplicativos educativos, uso de redes sociais para a expressão e empoderamento das lutas indígenas e, até mesmo, jogos que abordem as histórias, as lendas e as tradições de seus povos.

Alguns bons exemplos podem ser apresentados como recursos tecnológicos que auxiliam e desenvolvem a preservação da cultura e língua indígena. Em 2012, o Google lançou um projeto para preservar e garantir a sobrevivência de dialetos indígenas pelo mundo, assim, criou-se o programa “Idiomas em risco 2”, e a iniciativa da multibilionária empresa americana envolveu o desenvolvimento de um *site* que reúne um catálogo de culturas espalhadas pelo mundo. A plataforma é colaborativa e depende que as pessoas apresentem as informações à empresa (KLEINA, 2012).

Outro exemplo, este agora desenvolvido no Brasil, é de aparelhos celulares que estão sendo usados na Amazônia para ajudar a coletar histórias da literatura oral indígena. O aplicativo chamado Aikuma não utiliza a escrita, mas funciona com ícones, e, após gravar as histórias antigas e tradicionais por meio de smartphones, o sistema compartilha o conteúdo com os outros telefones da rede. Com o áudio disponível em todos os celulares, ele poderá ser adaptado para o português por qualquer pessoa conectada. A tradução é feita frase por frase e, no final do processo, um CD pode ser gravado com a história e a tradução (NEHER, 2013).

Existem iniciativas localizadas no estado do Tocantins, com grandes perspectivas de alcançarem seus objetivos junto às mais diversas populações indígenas do estado. Um, entre os demais exemplos, é o projeto de desenvolvimento de jogos como xadrez, entretanto, com a substituição das peças originais por figuras características das tradições e mitologias do povo Akwẽ. Outro exemplo é a criação de um aplicativo em forma de jogo pedagógico bilíngue que traz etapas para os alunos praticarem a língua Akwẽ e o português, auxiliando professores na alfabetização desses estudantes.

4 Considerações Finais

Não se conta a história do povo Akwẽ-Xerente sem associá-la à sua cultura antiga e diversificada, sua população está conectada historicamente ao estado do Tocantins e, nessa região, eles sofreram inúmeras perseguições, perdas de território e de vida, fase contada com grande tristeza pelos anciãos das comunidades. Atualmente, apesar de seu território ter sido demarcado, ainda sofrem pressões externas dos mais variados atores, seus habitantes ainda sobrevivem com o descaso do poder público, especialmente nas áreas da educação, saúde e da infraestrutura.

Atualmente, além das diversas ameaças a seu território, a cultura e a tradição Akwê-Xerente também estão sob risco, o dilema da modernidade e suas ferramentas tecnológicas trouxeram aos indígenas um meio de se aproximarem ainda mais dos não indígenas, com os smartphones e a internet sendo amplamente usados nas comunidades, produzindo, segundo alguns autores, o risco da aculturação desses povos que não veem suas culturas representadas nesses meios de comunicação. Entretanto, outra parcela de autores defende que a tecnologia não será ferramenta de destruição de práticas culturais, mas poderá sim se tornar mecanismo de propagação de cultura e de reafirmação social.

Nesse embate entre a modernidade e a tradição indígena, um ator pode se destacar como o grande conector entre esses dois mundos, a escola. A educação indígena tem entre seus deveres propiciar as metodologias de ensino para estudantes indígenas, com as características exclusivas de seus povos, em especial para a conservação de sua linguística, entretanto, isso não significa manter a escola afastada das novas metodologias e tecnologias pedagógicas.

Não obstante as transformações que a educação está sofrendo e seguirá vivenciando nos próximos anos, deve-se observar que o Brasil é um país de desigualdades sociais expressivas e esse caminho da inovação na escola não é igualitário, com uma minoria das instituições de ensino já caminhando a passos avançados, introduzindo métodos e técnicas de uso de tecnologias associadas à pedagogia, com alunos e professores munidos de *notebooks*, *tablets* e celulares de última geração com internet ultrarrápida transmitida por meio de Wi-Fi de servidores modernos e potentes da escola. Entretanto, uma grande maioria dos centros ensino ainda está longe de ter estrutura e material didático para a introdução dessas novas técnicas e ferramentas educacionais.

Para além da estrutura, os indígenas ainda possuem outra grande dificuldade, como a falta de material didático bilíngue produzido com as suas características e tradições, conforme previsto em leis e diretrizes nacionais. A comunidade Riozinho Kakumhu também sofre com a falta de perspectivas para um avanço educacional e melhorias na escola, inclusive foi impactada pela falta de opções aos alunos quando a escola foi fechada em razão da pandemia da COVID-19, com os professores redigindo tarefas escritas em caderno para os alunos não ficarem sem aula se não perderem esse vínculo com o ensino escolar. Realidade que poderia ser diferente se houvesse material didático virtual que pudesse ser utilizado, como plataformas de ensino em *smartphones*, *tablets* e computadores.

Fato é que esses avanços tecnológicos não devem ser ignorados e fazem parte da sociedade moderna, do cotidiano do professor, do estudante e, a cada dia, fará mais parte da profissão de cada futuro trabalhador. Para obter esse domínio como ferramenta intelectual e profissional, é inevitável sua introdução junto às escolas e aos estudantes desde cedo, de forma complementar ao material pedagógico desenvolvido. Quando se aborda esse assunto no contexto das populações indígenas, alguns autores indicam que as inovações não devem ser afastadas da educação indígena, já outros seguem temerosos com os impactos que a internet pode provocar em suas culturas e tradições. Entretanto, existe a perspectiva de as populações indígenas utilizarem esses meios inovadores, como ferramentas propiciadoras de educação e de empoderamento, utilizando os meios digitais para a perpetuação do aprendizado e para a reafirmação de suas culturas. A educação já se debruça sobre isso, em especial com o debate acerca dos multiletramentos, em que os alunos são personagens participativos na metodologia do desenvolvimento pedagógico, utilizando-se de ferramentas tecnológicas para o alcance de seus propósitos educacionais.

O multiletramento pode produzir recursos para a educação indígena, em especial no desenvolvimento de material didático específico para suas características e linguagens.

Destarte, em sua totalidade, nota-se o avanço na discussão do uso da tecnologia pelos habitantes da comunidade Riozinho Kakumhu e por outros povos indígenas. Essa temática é importante e ainda renderá muitas discussões, e o interesse deste estudo justifica-se principalmente pelo anseio em construir um país mais justo. O que comprova que a tecnologia também pode ser usada como ferramenta para a valorização dessas inúmeras culturas dentro de nossa nação e, como em um espelho, refletindo toda essa pluralidade cultural a todos os cidadãos do país. Acredita-se no cenário positivo do desenvolvimento e no uso dessas ferramentas com características de representatividade únicas para cada etnia indígena, trazendo interesse pedagógico por parte dos estudantes já adaptados com as técnicas de uso, não só para a educação, mas também possibilitando a eles o vislumbre do desenvolvimento de aplicativos que contribuam com o empoderamento e a manutenção do sentimento de pertencimento social e, conseqüentemente, estimulando o fortalecimento da proteção cultural e do perpetuamento de suas línguas.

5 Perspectivas Futuras

A visão por parte do autor é a de que a sociedade moderna passa por um momento histórico único, no qual a tecnologia da informação domina cada aspecto da rotina do cidadão, a internet aproximou a todos, entretanto, a cada novo avanço tecnológico, o sentimento que predomina é o da massificação. Todos estimulando as mesmas produções laborais ou intelectuais, pois as redes sociais emplacam tendências que, por muitas vezes, excluem outras visões de mundo. E nesse novo contexto de vida ainda existem sociedades que estão à margem dessa nova era tecnológica e social.

Entre essas sociedades estão os povos indígenas, com culturas tão sensíveis que uma pequena influência externa pode gerar grandes ameaças. Entretanto, para essas populações, a tecnologia está chegando, em muitas localidades, sem fronteiras que impeçam seus impactos. A perspectiva do autor é a de que essa é uma luta de adaptação, nesse sentido, as populações indígenas não conseguirão ignorar a tecnologia e suas conseqüências, elas terão que adaptar a tecnologia ao seu mundo, evitando que ocorra o contrário e se tornem reféns da influência cultural de outros. Sob essa visão, acredita-se que a escola terá papel fundamental nessa nova geração de indígenas criados sob as telas de smartphones e computadores, em especial com o advento da internet.

As expectativas sob o viés da educação são as de que práticas como o multiletramento, exemplificadas neste artigo, possam fomentar o futuro não só de acadêmicos, pesquisadores e escolas urbanas, mas também da educação indígena. Existem boas perspectivas futuras para a pedagogia por meio do interesse crescente no desenvolvimento de metodologias inovadoras, aplicativos e programas de computadores voltados para as mais diversas comunidades indígenas do país.

Este estudo espera promover um debate maior acerca das potencialidades positivas e negativas do uso da tecnologia e das tradições indígenas. Nas perspectivas dos autores, os ganhos com a inclusão da tecnologia nas comunidades são inúmeros e vão desde a possibilidade de facilitar o contato entre as populações e o poder público até a adequação de serviços da internet

às populações indígenas. Aplicativos podem ser criados com o intuito de propagar o sentimento de pertencimento entre as populações, trazendo ao indígena a perspectiva de que sua cultura é única e deve ser preservada, exibindo-a para o mundo.

Hoje praticamente inexistem programas de computador que traduzam linguagens indígenas para o português e da mesma forma é praticamente nula a existência de programas traduzindo o português para línguas de populações tribais. Ferramentas como Google e Windows não possuem esses mecanismos de tradução, muito menos as redes sociais e os mais diversos aplicativos atuais. Trazer o ponto de vista do povo indígena e de sua cultura se faz necessário em um mundo cada vez mais plural, em que as diferenças são estimuladas e os indígenas devem também se destacar, pois eles não querem evitar a tecnologia, mas querem se ver representados nesses avanços que o mundo está desenvolvendo.

As perspectivas futuras conclusivas apresentam uma visão da tecnologia como uma ferramenta agregadora de culturas e não uma fomentadora da aculturação. Em especial, a internet tem a capacidade de dar voz a todas essas expressões culturais, explorando não só o revigoramento do sentimento de pertencimento como também expondo a outras culturas sua rica existência e história. A tecnologia pode nos aproximar sem nos massificar e criar uma pluralidade cultural, com um ambiente de respeito mútuo às características e às expressões de todos. Essa realidade já é encontrada em algumas ações ainda que tímidas de grandes empresas de tecnologia, mas que estão aquém do que poderiam ser no quesito representatividade. Quando os grandes conglomerados da tecnologia perceberem as oportunidades que podem ser geradas com o desenvolvimento de ferramentas específicas em prol do multiculturalismo, nossa sociedade terá uma grande transformação, em especial as novas gerações que terão a oportunidade de conviverem com essa possibilidade de uma rede de trocas culturais, seja da mais isolada cultura até a mais expressiva, todos sob a mesma importância em nossa diversidade nacional.

Referências

ARAÚJO, R. N. de. **Os Territórios, os modos de vida e as cosmologias dos indígenas Akwe-Xerente, e os impactos da UHE de Lajeado**. Fortaleza: Editora PPG/UFC, 2016.

BAZOLLI, J. A.; DANTAS, L. R.; COELHO, E. C. Inovação e Democracia: civic hacking como ferramenta de tecnologia social na experiência do projeto “Nós propomos” – Palmas/TO. **Revista Observatório**, [s.l.], v. 4, n. 6, p. 944-964, 8 out. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 6.861, de 27 de maio de 2009**. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etno educacionais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0167.htm. Acesso em: 3 set. 2021.

BRASIL. **Estatuto dos Povos Indígenas**. Brasília, DF: Ministério da Justiça; Comissão Nacional de Política Indigenista, 2009b.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRASIL. **Criação da FUNAI, Fundação Nacional do Índio**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/Institucional>. Acesso em: 3 set. 2021.

- BRASIL. **Povos indígenas, quem são**. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/povos-indigenas/quem-sao>. Acesso em: 3 set. 2021.
- BRASIL. **Lei n. 9.340 sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.
- CERVO, A.; BERVIAN, P. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.
- COPE, B.; KALANTZIS, M. (ed.) **Multiliteracies – Literacy learning and the design of social futures**. NY: Routledge, 2006 [2000].
- COSTA, A. C. A comunidade indígena e o mundo tecnológico: reflexões sobre os impactos das mídias sociais na vida dos Aikewára. In: SIMPÓSIO HIPERTEXTO E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO, Pernambuco: UFP. p. 1-14, 2010. **Anais [...]**. Pernambuco, 2010.
- FERNANDES, J. R. O. Ensino de História e Diversidade Cultural: desafios e possibilidades. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 25 n. 67, p. 378-388, set.-dez. 2005.
- GADOTTI, M. **Diversidade Cultural e educação para todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- FERRAZ, O. **Educação, (multi)letramentos e tecnologias: tecendo redes de conhecimento sobre letramentos, cultura digital, ensino e aprendizagem na cibercultura**. Salvador: EDUFBA, 2019.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- KLEINA, N. **Google lança projeto para preservar idiomas em extinção**. 2012. Disponível em: <http://www.tecmundo.com.br/google/25478-google-lanca-projeto-para-preservar-idiomas-em-extincao-video-.htm>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- MALUF, S. **Teoria Geral do Estado**. 34. ed. São Paulo: Editora Saraiva Educação, 2003.
- MATTAR, J. Interações em Ambientes Virtuais de Aprendizagem histórico e modelo. **Revista digital de Tecnologias Cognitivas**, [s.l.], n. 9, p. 53-71, jan.-jun. 2014.
- NEHER, C. **Projeto usa smartphone para preservar línguas indígenas**. 2013. Disponível em: <http://dw.de/p/18F8h>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – Características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 2º sem., 1996.
- PETLA, R. J. Geogebra – Possibilidades para o Ensino da Matemática. **Unidade Didática**, [s.l.], p. 2-44, 2008. Disponível em: goo.gl/pF7EM3. Acesso em: 20 mar. 2017.
- PIMENTEL, F. S. C. Gamificação na educação, cunhando um conceito. In: FOFONCA, E. *et al.* **Metodologias pedagógicas inovadoras: contextos da educação básica e da educação superior**. v. 1. Curitiba: Editora IFPR, 2018. v. 1. p. 76-87.
- PINTO, A. A. A inclusão digital indígena na Sociedade da Informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação (RICI)**, [s.l.], v. 1 n. 1, p. 37-51, jul.-dez. 2008.

RIBEIRO, D. **Os Índios e a Civilização: a Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2017.

ROJO, R. H. R. Pedagogia dos Multiletramentos: Diversidade cultural e de linguagens na escola. *In*: ROJO, R. H. R.; MOURA, E. (org.) **Multiletramentos na Escola**. São Paulo: Parábola, 2012. p. 11-32.

ROJO, R. H. R. Linguagem: representação ou mediação? **Revista Veredas**, [s.l.], v. 1, n. 1, 2016.

ROMERO, P. B. **Multiculturalismo: diversidade cultural na escola**. 2017. 154p. Dissertação (Mestrado em Docência e Gestão da Educação) – Universidade Fernando Pessoa, Porto, PT, 2017.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 1999.

SOUZA, R. C. **A educação escolar indígena intercultural e o ensino das artes: um olhar sobre a prática da escola Wakômêkwa na comunidade Riozinho Kakumhu – Povo Xerente – Tocantins**. 2019. 258p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Artes – IA/UNESP – Dinter Interinstitucional UNESP – UFT/Palmas – TO, 2019.

TOCANTINS. **Projeto Político Pedagógico Escola Indígena Wakwamekwa Aldeia Riozinho Kakumhu**. Reserva Xerente, Comunidade Riozinho Kakumhu, 2014.

TURNER, T. De cosmologia à história: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó. *In*: VIVEIROS DE CASTRO, E.; CARNEIRO DA CUNHA, M. (org.). **Amazônia: etnologia e história indígena**. São Paulo: NHII-USP; Fapesp, 1993. p. 43-66.

WEWERING, S. T. (org.). **Povo Akwê Xerente: vida, cultura e identidade**. Belo Horizonte: Editora Rona, 2012.

XERENTE, E. S. C. **A Educação Intercultural na Escola Wakômekma: perspectivas e desafios**. 2017. 52p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Artes e Teatro) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2017.

Sobre os Autores

Arthur Prudente Junqueira

E-mail: arthur.prudente@mail.uft.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0487-0762>

Pós-Graduado *Lato Sensu* em Direito Internacional e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação.

Endereço profissional: Quadra 109 Norte, Av. NS-15, ALCNO-14, Plano Diretor Norte, Palmas, TO. CEP: 77001-090.

Warley Gramacho da Silva

E-mail: wgramacho@mail.uft.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3400-5216>

Doutor em Engenharia de Sistemas e Computação.

Endereço profissional: Quadra 109 Norte, Av. NS-15, ALCNO-14, Plano Diretor Norte, Palmas, TO. CEP: 77001-090.

Raquel Castilho Souza

E-mail: raquelcastilho@mail.uft.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4758-5240>

Doutora em Artes.

Endereço profissional: Quadra 109 Norte, Av. NS-15, ALCNO-14, Plano Diretor Norte, Palmas, TO. CEP: 77001-090.